ISSN: 2358-8829

É PÓSSÍVEL INCLUIR INCLUINDO?

Cristiane Almeida Augusto [1]
Eanes dos Santos Correia[2]

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa sobre educação inclusiva teve como fator de iniciativa indagações, angústias e inquietações partir das experiências vivenciadas na Educação Infantil em escola pública de Pinheiro-MA. Empiricamente, percebia que a questão da educação inclusiva no chão da escola ainda enfrenta inúmeros desafios relacionados à formação docente, organização curricular e condições estruturais das instituições escolares de Educação Inafantil. Embora a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão assegurem o direito à educação para todos, a materialização desse direito depende da construção de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade, com a inclusão e de uma educação democrática para todos.

O presente estudo parte da problemática expressa na questão: “é possível incluir incluindo?”. O trocadilho busca evidenciar que a inclusão não deve permanecer apenas no campo discursivo ou legal, mas tornar-se prática cotidiana. Objetiva-se discutir a educação inclusiva como dispositivo democrático capaz de promover pertencimento, participação e aprendizagem, investigando desafios e possibilidades da inclusão na Educação Infantil.

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA Campus Pinheiro, cris.almeida4@icloud.com ;
[2] Professor Adjunto do Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA Campus Pinheiro, eanescorreia@professor.uema.br .

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, pois foram analisadas obras de Freire (1996), Mantoan (2003), Camargo (2017), Januzzi (2004), Carneiro (2012) e documentos legais nacionais e internacionais. O percurso metodológico compreendeu levantamento bibliográfico, leitura exploratória, seletiva, fichamento e análise interpretativa dos textos. A análise de conteúdo permitiu identificar discussões ligadas à inclusão, democracia, currículo, formação docente e educação infantil. O percurso metodológico compreendeu levantamento bibliográfico, leitura exploratória, seletiva, fichamento e análise interpretativa dos textos. A parte analítica do trabalho permitiu identificar categorias ligadas à inclusão, democracia, currículo, formação docente e educação infantil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, as pessoas com deficiência foram submetidas a processos de exclusão social. Januzzi demonstra que a passagem do modelo de segregação para o paradigma inclusivo resultou de intensas lutas sociais. Camargo distingue educação inclusiva e educação especial, argumentando que a inclusão constitui um princípio voltado à transformação da escola para todos.

Mantoan defende que a inclusão ocorre no cotidiano da sala de aula e exige revisão curricular, metodológica e avaliativa. A Declaração de Salamanca reforça a necessidade de sistemas educacionais capazes de atender à diversidade. A Lei Brasileira de Inclusão amplia essa compreensão ao reconhecer que as barreiras sociais frequentemente produzem mais limitações do que as próprias condições individuais.

No âmbito da Educação Infantil, Carneiro argumenta que as experiências iniciais de convivência favorecem a construção de relações pautadas no respeito às diferenças. A perspectiva de Paulo Freire contribui ao defender uma educação democrática fundamentada no diálogo, na autonomia e na valorização dos sujeitos. Historicamente, as pessoas com deficiência foram submetidas a processos de exclusão social. Januzzi demonstra que a passagem do modelo de segregação para o paradigma inclusivo resultou de intensas lutas sociais. Camargo distingue educação inclusiva e educação especial, argumentando que a inclusão constitui um princípio voltado à transformação da escola para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise evidenciam que a inclusão escolar permanece marcada por contradições. Apesar dos avanços legais, muitas escolas ainda reproduzem práticas integracionistas, exigindo que os estudantes se adaptem ao sistema educacional já estabelecido.

Diante dos achados, foi possível identificar que currículos rígidos, formação insuficiente e ausência de recursos constituem obstáculos recorrentes. Em contrapartida, a literatura aponta caminhos relevantes: flexibilização curricular, planejamento colaborativo, fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado, utilização dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem e ampliação da participação da comunidade escolar.

A inclusão efetiva exige o reconhecimento da diversidade como característica inerente à condição humana. Na Educação Infantil, esse processo torna-se ainda mais significativo, pois é nesse período que as crianças iniciam a construção de valores sociais, éticos e democráticos. Ambientes inclusivos favorecem aprendizagens compartilhadas e contribuem para a redução de preconceitos e estigmas que foram construídos historicamente.

Outro aspecto identificado refere-se à relação entre inclusão e democracia. Uma escola democrática não apenas admite a presença das diferenças, mas reorganiza suas práticas para garantir participação e aprendizagem. Dessa forma, a inclusão deixa de ser compreendida como benefício destinado a um grupo específico e passa a representar um princípio orientador de toda a instituição escolar. Os resultados da análise evidenciam que a inclusão escolar permanece marcada por contradições. Apesar dos avanços legais, muitas escolas ainda reproduzem práticas integracionistas, exigindo que os estudantes se adaptem ao sistema educacional já estabelecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a educação inclusiva constitui elemento indispensável para a democratização da escola. Incluir não significa apenas garantir acesso à matrícula, mas criar condições efetivas de participação, aprendizagem e pertencimento. Os referenciais analisados demonstram que a construção de uma escola inclusiva depende de investimentos em formação docente, acessibilidade, reorganização curricular e fortalecimento das políticas públicas.

A pesquisa reafirma que a inclusão deve ser compreendida como prática cotidiana e compromisso ético. O desafio contemporâneo consiste em transformar os avanços normativos em ações concretas capazes de assegurar educação de qualidade para todos. Assim, incluir incluindo significa fazer da diversidade um princípio organizador da experiência escolar.

Palavras-chave: : Educação Democrática. Educação Infantil. Educação Inclusiva. Escola Pública.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. **Psicologia e Educação:** história, reflexões e propostas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial:** anotações sobre o tema. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 79, p. 311-324, dez. 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? (2003).